



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Del Ciel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Dômício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, José Domingos, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, João Mansur, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Nelton Friedrich, Nilso Sguarezi, Pinto Dias, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (17). Em licença, o Sr. Deputado João Elísio (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Irene Theodoro, ocorrido na cidade de Londrina, dando-se ciência à família enlutada no seguinte endereço: Edifício Tóquio, Rua Sergipe, 598 — Ap. 603 — Londrina.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1980.

aa) DEL CIEL e FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se registre nos anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do jornalista Romeu Toshio Hatakayama, ocorrido no dia 20 do corrente mês na cidade de Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1980.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Romeu Toshio Hatakayama chegou na cidade

de Francisco Beltrão em 1975, integrando-se a todos os acontecimentos sociais da cidade, constituindo-se no promotor de festas locais.

Colunista social e chefe da Sucursal do jornal "O Estado do Paraná", divulgou o município e o Sudoeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações ao Acadêmico ELÓI LOHMANN, pela sua eleição, na data de 21 do corrente, a Presidente da Casa do Estudante Luterano Universitário e votos extensivos aos demais membros da Diretoria.

A Casa do Estudante Luterano Universitário é uma das mais conceituadas e tradicionais casas de estudantes do Estado do Paraná, e que, além de prestar assistência residencial a 88 estudantes de nível superior, desenvolve inúmeras atividades de cunho sócio-cultural e esportivo, abrangendo todos os setores estudantis e a comunidade.

Outrossim, requer que seja dada ciência da presente ao interessado, na Rua Carlos Cavalcanti, 239, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1980.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Oscar Alves, Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, do Estado do Paraná, solicitando a revogação da Portaria n.º 188, de 21 de setembro de 1978, que proíbe a expedição de atestados de sanidade física e mental, por parte do Posto de Saúde de Londrina.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1980.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

De uma hora para outra, o Posto de Saúde de Londrina deixou de expedir atestados de sanidade física e mental, alegando cumprimento da Portaria n.º 188. Ocorre que os atestados estão sendo feitos por uma firma particular, que cobra Cr\$ 300,00, o que tem gerado uma série de reclamações, principalmente por parte de humildes trabalhadores que não têm condições de pagar aquela importância a um instituto particular. Sabemos da lei que obriga o empregador a arcar com tais despesas, porém, poucas empresas se prestam a esse tipo de atendimento. E além do mais, como fica aquele que não tem emprego, mas precisa do atestado?

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Almeida Neto, M.D. Secretário dos Transportes, solicitando informações sobre as obras de duplicação da Rodovia do Xisto, trecho Curitiba-Araucária, bem como, de reparos no trecho Curitiba-São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1980.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

A Estrada do Xisto, no trecho Curitiba-São Mateus do Sul, está quase que intransitável, principalmente pelo tráfego pesado, quer pelas obras de duplicação da pista até Araucária, quer pela situação do leito no trecho Araucária-São Mateus do Sul, cujos trabalhos de recuperação haviam sido iniciados e que agora estão paralisados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Presidente da PETROBRÁS, Sr. Shigeaki Ueki, sugerindo urgentes medidas para a encampação da Usina Central do Paraná, em Porecatu, a fim de que a empresa se fortaleça no plano de produção de álcool combustível, ao mesmo tempo em que resolva a angustiante situação social dos trabalhadores daquela Usina, bem como da cidade que lhe é dependente.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1980.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Já é amplamente conhecida a situação da Usina Central do Paraná, com graves problemas econômicos, crônicos, que oneram o Governo Federal e seus órgãos com pedidos de sustentação das atividades da empresa. De outro lado é até trágica a situação da maioria dos trabalhadores diretos da empresa, bem como de seus fornecedores. Há que acrescentar, ainda, a dependência que tem toda a cidade, com seus 33 mil habitantes, em relação à usina.

Só poderá haver uma solução para esse estado de coisas, com medidas concretas de parte dos principais credores do Grupo Atalla, que é o próprio Governo da União e seus órgãos financeiros. Acreditamos que a PETROBRÁS à falta de outra empresa estatal, não poderá deixar a produção de álcool combustível como espaço para a cartelização econômica que porá em risco até a segurança nacional. Assim consideramos a melhor solução, seja formada uma subsidiária da PETROBRÁS, para a exploração da usina, em sociedade até com empresa para-estatal do Paraná, credor de 120 milhões mensais.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. — (Declina).

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro. — (Ausente) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Vivemos um período marcado pela farsa que o regime tenta nos impor. Quanto mais se fala em "abertura", mais se vê o exercício pleno do arbítrio. Quanto mais o Governo invoca a democracia, mais vemos o autoritarismo em vigência. É por isso que vai se evidenciando, mesmo para os mais vacilantes, que os acenos do Governo não merecem crédito e que a mão estendida é, na verdade, um engodo que nenhum democrata consciente pode aceitar.

Tomemos um exemplo concreto. Que dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da autoridade que usa a manobra mais ridícula para impedir um processo eleitoral legítimo? Da autoridade que cria normas de última hora para justificar o impedimento de registro de uma chapa que cumpriu todos os requisitos legais?

Que dizer dessa autoridade que estabelece a exigência de

apresentação de um documento que ela mesma deve expedir com a clara disposição de privilegiar outra chapa de sua simpatia?

Em qualquer País democrático esta autoridade seria exposta à execração pública, pois, seu procedimento está mais à altura do pequeno vilão sem princípios em plena incompatibilidade com os procedimentos ali onde foram conquistados níveis mais elevados de organização social e política.

Que dizer, Senhores Deputados, quando esta manobra é feita para que esta autoridade mantenha o controle vital sobre órgãos que devem fiscalizar sua administração, quando fica evidente o desejo de ter como fiscais pessoas dóceis?

Em outra situação, ficaria estabelecida a dúvida sobre as reais intenções dessa autoridade e sua honestidade ficaria sob suspeita. Se vivêssemos num país onde imperassem princípios éticos assentados em pressupostos democráticos, essa autoridade não se sentiria à vontade nem mesmo para interferir num processo eleitoral. E se assim o fizesse, certamente seria acusada de pretender administrar em causa própria, o que em nosso jargão popular tem como sinônimo a palavra vigarice.

Que dizer quando essa autoridade, convocada por representantes eleitos democraticamente pela ampla maioria prejudicada, nega-se ao diálogo e impõe como fato consumado sua determinação pessoal? Vivêssemos uma situação democrática e esta autoridade passaria a ser reconhecida como vocação para a ditadura. E seria reconhecida também, como um risco para a sociedade democrática.

E mais, Senhores Deputados, quando essa autoridade elimina a possibilidade do diálogo e convoca a polícia para garantir suas ordens, penso que os povos de países democráticos diriam que estamos diante de uma réplica grotesca de um "Papa Doc", de um generalíssimo Franco, de um Salazar. Resguardadas as proporções de capacidade e mesmo de inteligência, que estamos diante de um pequeno Mussolini tupiniquim festado nesses anos em que a arbitrariedade e a violência se transformaram nos traços principais da conduta de autoridade como esta.

Pois bem, Senhores Deputados. O reitor Ocyron Cunha, da Universidade Federal do Paraná, conseguiu ser tudo isso no dia de ontem. Para impedir o registro da chapa dos estudantes universitários que pretendem concorrer aos cargos de representação nos Conselhos superiores da instituição, criou normas de última hora que não existem nos regimentos.

Estes Conselhos têm o encargo de decidir e fiscalizar sobre todas as questões que digam respeito à vida da Universidade. O reitor já tem maioria absoluta nesses conselhos, pois, conta com a convivência de 26 dos 30 membros indicados ou impostos por ele mesmo. Mas não está satisfeito. Quer unanimidade, para evitar que a representação minoritária dos estudantes se constitua em fonte constante de protesto ou denúncia sobre os atos do Magnífico reitor, que possam atentar contra os interesses sociais mais amplos que os do grupo por ele liderado e que dirige a Universidade à sua vontade.

Na verdade, o Reitor não quer nos Conselhos, estudantes que não aceitam a privatização da Universidade através da criação de uma fundação paralela. Não quer estudantes que protestam contra convênios entre a Universidade e o Governo do Estado para a realização de pesquisas que estão longe de cumprir com os objetivos da instituição e mais se assemelham ao levantamento de dados a compor o quadro político-eleitoral do Paraná.

Os estudantes que foram eleitos pelo voto direto para representar o conjunto, tentaram estabelecer o diálogo com o reitor Ocyron Cunha. Pretendiam movê-lo de sua decisão. A resposta que receberam foi a de hábito: NÃO. E para encerrar o incidente, o Magnífico Reitor chamou a polícia para tratar com os estudantes em seu lugar. Dizem os estudantes que com a mesma competência e os mesmos argumentos do Reitor.

Quer o Reitor uma fiscalização de seus atos que se submeta à sua autoridade. Por isso, imiscui-se do processo eleitoral do qual deveria permanecer afastado para ressalvar, ao que seja, a honrabilidade do cargo que exerce. Cargo que, em outras épocas, merecia o respeito mais amplo da sociedade porque significava a direção e representação de uma instituição destinada ao conhecimento em seu nível mais elevado.

O Reitor Ocyron Cunha é a imagem de nossa Universidade que, por sua vez, reflete a sociedade em que vivemos. Contra os interesses da ampla maioria vai administrando arbitrariamente, impondo o obscurantismo onde deveria prevalecer o conhecimento, respaldando seus atos mais na ação da política e nos grupos de pressão interna, que no processo democrático.

É a Universidade das trevas contra a Universidade das luzes. É o Reitor do arbítrio, que chama a polícia para representá-lo e que ocupa o lugar antes daqueles que assumiam a autoridade pela sua capacidade como mestre, como homem de princípios em defesa da liberdade, pelo respeito que merecia da sociedade pela contribuição a ela prestada no campo do conhecimento científico.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Registrei alguns tópicos do vosso pronunciamento e que, em boa hora, Vossa Excelência faz nesta Casa.

Primeiro, sobre os órgãos de fiscalização. Não se pode esperar muito do Sr. Ocyron Cunha, quando o Presidente da República nomeia um Senador do seu partido, Henrique La Roque, para fiscalizar as suas contas. Pois, o Sr. Presidente da República acaba de nomear o Senador Henrique La Roque para o Tribunal de Contas da União.

Naturalmente, essas contas serão muito bem “fiscalizadas”, entre aspas. Aqui no Paraná o quadro não é diferente. Basta ser “cupincha” do Poder para se chegar ao Tribunal de Contas.

E por isto, esta Casa tem protestado inúmeras vezes contra essa farsa que é o exame das contas por quem é nomeado pelo próprio cidadão a ser fiscalizado.

Logo, há de se esperar que o Sr. Ocyron Cunha, que exatamente proceda como os seus maiores.

Recebeu aulas para isso e por isso é lógico que intervenha naquele órgão que deve fiscalizar. Aprendeu com os seus superiores.

Havia no passado e deve existir hoje alguém que diga que se não fosse o Piauí, a Justiça do Paraná seria a pior.

Bom, se não fosse o Piauí, a Universidade do Paraná seria pior. Porque só o Paraná e o Piauí, segundo levantamento da “Isto É”, os professores não aderiram à greve, recentemente há duas semanas.

Portanto, estamos abaixo ou igual ao Piauí. Aliás, parece que no Acre, também os professores não aderiram à greve. Por que o Sr. Ocyron Cunha, todo-poderoso, não permitiu que os professores, não numa greve e sim numa verdadeira convulsão social, se manifestassem igualmente ao que se manifestaram todos os demais professores do Brasil, exceção do Piauí?

Finalmente, os estudantes deram uma lição não só ao Sr. Ocyron Cunha mas a todos nós, inclusive políticos, que vivemos batendo palmas ao regime, por nos ter dado a abertura.

Os estudantes provaram que isto não é uma dádiva. Dormiram lá na Reitoria, para conquistarem o direito de inscreverem sua chapa.

Os estudantes mostraram que não podemos dormir; ficaram de vigília durante toda a noite, para conquistarem o direito de inscreverem a sua chapa de oposição nesses acontecimentos. Isto é também uma demonstração muito importante para nós, políticos. Não podemos dormir enquanto os poderosos fazem o que querem.

Parabéns ao seu pronunciamento. O Sr. Ocyron Cunha que conseguiu igualar a Universidade do Paraná à do Piauí, aprendeu suas lições com os poderosos, de nomear aqueles que fiscaliza. Está tudo bem. Acontece que queremos dar parabéns aos estudantes que, mais uma vez demonstraram que não se pode dormir enquanto a Democracia não for conquistada.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o seu aparte, Deputado Deni Schwartz.

Devo dizer também que estivemos ontem à noite acompanhando a movimentação dos estudantes, até por volta de 23:30 horas. Os estudantes permaneceram na Reitoria e dormiram, passaram a noite, - se é que não dormiram no gabinete do Reitor. Este, foi surpreendido na manhã de hoje, pois, quando foi para seu gabinete de trabalho, lá encontrou quase uma dezena de estudantes que passaram a noite naquele gabinete, aguardando a sua presença.

Há de se lamentar também, a atitude de ontem à noite não só do Reitor, mas também do Vice-Reitor daquela Casa, que estava no terceiro andar da Reitoria, disse que desceria para conversar com este Deputado e mais alguns jornalistas que lá estiveram.

Desceu realmente do terceiro andar, e hoje acabamos por saber que se trancou num armário. Só se descobriu que ficou trancado no armário porque por ironia do esconderijo, acabou esquecendo o seu chapéu naquele local.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência está abordando, Deputado Nestor Baptista, um assunto que a nós, nos parece muito sério, porque a Universidade brasileira, como um todo, vem sofrendo um processo seríssimo de esvaziamento, como esvaziado está o modelo educacional brasileiro.

Parece-me que há um paradoxo muito curioso nesta quadra da vida nacional por que passamos.

Veja Vossa Excelência, que tirando isto são palavras do jurista Faoro, tirando o processo de anistia restrita concedida pela autocracia, depois de duras penas e lutas da sociedade civil, em 28 de agosto do ano passado, todo o chamado processo de liberalização e abertura do atual regime, têm sido apenas verbal.

Onde está a efetiva participação da classe estudantil no meio universitário?

Não tem sentido um processo de abertura que continua mantendo o aparelho repressivo plenamente lubrificado e à mão, para esmagar e reprimir.

E veja Vossa Excelência que os casos se repetem às dezenas e às centenas: é hoje, a Universidade Federal do Paraná; mas, ontem, foi a Delegacia Regional do Trabalho, que tem lá um ditador vitalício já há mais de seis ou sete anos, a tentar também reprimir as manifestações sindicais.

E a sistemática vem sendo sempre a mesma. Esta, hoje, utilizada na Universidade Federal do Paraná, e utilizada sempre na Delegacia Regional do Trabalho, por esse famigerado General Massa, que lá está.

Então, se a autocracia dominante, cujo maior vício e maior pecado é a falta de legitimidade popular, porque o Poder foi conquistado pelas armas e por elas mantido, procura, evidentemente, afastar do processo social brasileiro os dois segmentos mais representativos da nossa sociedade, que é a classe trabalhadora, de um lado, através de um títere chamado Adalberto Massa, eterno no Poder, no Paraná, há cerca de sete anos, e a Universidade Federal do Paraná, de outro lado, tentando afastar a classe estudantil do processo social brasileiro, também com uma equipe criada e mantida à sombra da figura de Suplicy de Lacerda.

Então, realmente, a situação é lastimável no Paraná, e é preciso que a sociedade civil se atenha para este detalhe, e

haja uma efetiva união e esforços, entre a classe trabalhadora e a classe estudantil, para que se possa abrir uma brecha nesse processo de escuridão em que todos estamos mergulhados.

Tem Vossa Excelência, não somente a solidariedade da Bancada do PMDB, porque Vossa Excelência fala como Vice-Líder desta Bancada. Mas, tem também - e eu tenho a certeza - a solidariedade de todos aqueles que se preocupam efetivamente pelo processo social porque passamos nesta fase histórica tão difícil para a verdadeira implantação da democracia no País.

E democracia, Deputado Nestor Baptista, não pode ser feita, não pode ser praticada, sem a verdadeira participação dos trabalhadores; democracia não pode ser feita, não pode ser praticada, sem os estudantes estando na vanguarda de todo o processo social, saindo às ruas, saindo às praças públicas, exigindo, reivindicando e fazendo as suas colocações.

Mas, acima de tudo, se instrumentalizando através de suas entidades representativas, para que elas não sejam - como pretendeu a reforma universitária - para que elas não sejam meros clubes esportivos; para que não sejam meras associações cívicas; e para que não sejam meras agremiações para festejar 7 de setembro, 21 de abril e 15 de novembro.

Mas, para que sejam realmente, os órgãos representativos da classe estudantil, para que possam exigir uma oxigenação da Universidade Brasileira, que está cheirando mofo, e está mostrando ares de medievalismo.

E é claro e evidente, que as classes dominantes, que estão no poder, que estão cercadas de privilégios, que constituem elite concentradora e privilegiante deste País.

É claro e evidente que as classes dominantes tudo farão para conservar a classe estudantil, para conservar a classe trabalhadora fora do processo social, à margem do processo social, porque será a única maneira, será o único instrumental que esta elite terá para se perpetuar no Poder.

Está, portanto, de parabéns Vossa Excelência, quando vem a esta tribuna, nesta Casa que é do povo, para fazer aqui a denúncia que faz e, quem sabe, poderá ser também um instrumento a mais da abertura, na brecha de repressão, da brecha de manutenção de privilégios, que aí estão.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu é que agradeço o seu aparte, nobre Deputado, Líder do PMDB, e peço a sua autorização para incorporá-lo neste meu pronunciamento.

Recebo, agora, a informação de que a chapa "Hoje" finalmente teve a sua inscrição.

Mas, obtive a sua inscrição não porque fosse desejo da maioria, ou do Magnífico Reitor. Aconteceu simplesmente porque os alunos usaram seu direito, exigiram um pouco mais de democracia, porque lá não existe democracia.

E, na sua atitude de passarem a noite toda na Reitoria, de vigília, conseguiram fazer com que, pelo menos na manhã de hoje, houvesse, se não a abertura, mas uma pequena brecha nos olhos e na inteligência do Sr. Reitor.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, parece que os reitores não aprendem mesmo as lições do grande Unamuno, Reitor da Salamanca, um dos maiores reitores que a civilização conheceu. Porque, em Londrina, também enfrentamos esse tipo de problema, na época em que o atual Secretário da Saúde, Oscar Alves, genro do "Príncipe" era Reitor em Londrina.

E a escola continua com o atual Reitor José Carlos Pinoti; encontramos uma série de barbaridades, atos até desumanos para com os estudantes.

Mas, o novo dia está raiando. Hoje, o povo já não baixa mais a cabeça, já não se cala. Hoje, o povo fala, exige, enfrenta. O estudante principalmente, está se libertando aos poucos.

E vai chegar o dia em que os reitores serão enquadrados e os estudantes terão sua liberdade para agir, para fazer até política estudantil.

Os atos desse Reitor, para nós não é novo, porque tivemos esses mesmos acontecimentos em Londrina, onde se irradaram diretórios, derrubaram paredes, fecharam teatro, tudo isso enfrentamos em Londrina, na Universidade Estadual, onde também existe um pequeno ditador.

Parabéns, Deputado, pela coragem por essas colocações, porque é esse o trabalho do Deputado, nesta Casa.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Fiori Luiz, e apenas para recordar, mais uma vez, que os estudantes da Universidade Federal do Paraná, deram, ontem, uma demonstração daquilo que devem fazer todos os homens públicos do País; deram uma demonstração de que a ditadura está com seus dias contados, porque "não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe".

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada em Brasília, reuniram-se as Lideranças estaduais do PMDB, Presidentes dos Diretórios Regionais de nosso Partido, fazendo uma avaliação da situação em que se encontra a Oposição no Brasil, diante dos fatos novos que têm acontecido de uma maneira acelerada e atropelada.

E, naquela oportunidade, o Presidente Regional do PMDB, fez o seguinte pronunciamento que passo a ler, para que conste nos Anais desta Casa: (Lê):

"A oposição é inevitável, porque o erro é inevitável em qualquer governo. A oposição não deve se presumir profética, nem o Governo se autopromover em sábio e infalível. O Governo governa e a oposição se opõe, é o óbvio sempre citado, mas nem sempre praticado. Opor-se com responsabilidade não é subversão. Subversão é ameaçar, perseguir, interditar, aliciar a oposição ou procurar administrá-la.

O MDB ontem, o PMDB hoje, e enquanto for oposição vai opor-se. Como o PMDB não é partido dogmático, o que presta por ele é apoiado, o que não presta, por ele é denunciado. Esse, o dever da oposição para com o Estado democrático, em nome de quem também fala, e o compromisso da oposição para com os que nela se filiam ou a elegem. A oposição há de ser honrada e a honra da oposição repele conchavos e conluios. A ditadura é uma. A democracia é de partidos, é pluralista, porque a sociedade é de opiniões e não monolítica. A oposição pode errar, porque é humana. O que não pode é trair, porque perdendo a identidade, com a credibilidade perde a face. União, só com a verdade. União com a apostasia de princípios tem o nome de cumplicidade ou colaboracionismo.

É dura, desigual e perigosa a luta contra o arbítrio. A palavra é a arma da oposição e a força é a reação da tirania. O PMDB é um partido que tem memória. Não esquece seu passado, não se envergonha de seu nome.

É seu, o canto de Gonçalves Dias:

"Nosso índio errante vaga,

E por onde quer que vá,

Os ossos dos seus carrega."

Por onde quer que vá, o PMDB carrega o sacrifício de suas vítimas e de seus perseguidos, representados por três Líderes no Parlamento cassados: Mário Covas, Martins Rodrigues e Alencar Furtado.

O PMDB carrega os ossos de seus mártires, como os do

Deputado Rubens Paiva e do jornalista Wladimir Herzog. Carrega-os, não para a vindita, mas porque também os mortos vigiam e governam os vivos.

Nação sem democracia é Nação sem política. Arbítrio não é política. A começar pela etimologia, porque é poder sêm povo, freqüentemente exercitado contra o povo e a favor de privilegiados.

O Brasil verdadeiramente só passará a ter política a partir de uma Assembléia Nacional Constituinte.

O PMDB quer a Assembléia Nacional Constituinte para eleger e para transformar. Para eleger, além dos que já são eleitos, o Presidente da República, os Governadores, todos os Senadores e todos os Prefeitos. Somente a sociedade pode conferir mandatos. Só o voto confere representatividade. Sem representatividade não há legitimidade e sem legitimidade não há credibilidade. Eis a causa da crise brasileira.

O PMDB ganhou pelo voto majoritário as eleições de 1974 e de 1978, mas pela usurpação perdeu o governo do País e de muitos Estados.

Pela recente prorrogação de mandatos, a crise da ilegitimidade contagiou os municípios do País. O decoro está na ordem do dia. Mas o decoro dos parlamentares e das galerias impõe que não sejam apresentadas, recebidas e aprovadas proposições indecorosas. A respeitabilidade do Legislativo não depende de engravitar as galerias, mas de que não se perfile como sentinela do arbítrio.

O Governo e sua submissa maioria, para serem respeitados, primeiro devem respeitar-se. Queixam-se do que ouvem, mas se esquecem do que fazem. Como reação de legítima defesa, a violência das palavras, se é que existe, fere e destrói muito menos do que a violência da falsidade das apelidadas eleições indiretas; da sublegenda e da Lei Falcão, que encena a farsa de eleição sem informação; da mutilação da Federação e da soberania popular no Senado pela invasão da horda dos bônicos; da demolição do prédio e do não reconhecimento da UNE, prodigalizando dinheiro para mordomias e obras faraônicas e sonogando recursos para matrículas, professores e para a expansão universitária; da segurança nacional ser a insegurança de trabalhadores que lutam por melhores salários, com a autonomia sindical conspurcada pela intervenção e suas melhores lideranças presas ou processadas; do esmagamento da empresa, notadamente da média e da pequena, pelo capital estrangeiro e por juros de até vinte por cento ao mês; da alucinante inflação de cento e sete por cento que o povo paga ganhando pouco, gastando mais para comer menos, sob a ameaça de perder o emprego; da solvabilidade e da pontualidade do Brasil como devedor dependerem da clemência de credores internacionais pela gigantesca e temerária dívida externa; dos atentados, até agora impunes, à igreja, à Ordem dos Advogados do Brasil, à livre circulação da imprensa, à sede de partidos políticos e a parlamentares.

Fundamentalmente, o PMDB se compromete com uma Assembléia Nacional Constituinte para transformar.

A injustiça da sociedade brasileira oprime milhões de seres humanos pela fome, doença, analfabetismo, desabrigo, insegurança no emprego e desemprego.

O que desestabiliza a pirâmide social brasileira é estar assentada em seu vértice, no qual as minorias concentram a grande maioria dos recursos.

Como pode deixar de ruir um edifício que, com insânia, se obstina em equilibrar-se na ponta e não na base?

Transformar a sociedade é operar a reversão dessa pirâmide humana para que a justiça social a sustente e estabilize. Mudar estruturas, não apenas mudar homens.

Tarefa dura, difícil e desafiadora. Quem tem, não quer dar e quem não tem, quer tomar. É urgente obra de Estado e não rotina da administração, sem sangue nem comoção, pela justiça distributiva, dar a cada um segundo a sua capa-

cidade.

Deus criou o trabalho. Foi o homem quem inventou o capital. Está escrito na Bíblia que o homem foi colocado na terra "ut operaretur" vale dizer, "para trabalhá-la". Com isso, Deus quis libertar o homem da escravidão ou da morte pela fome, frio, feras, intempéries, doenças, ou pela ignorância. Deus não quis livrá-lo da escravidão da natureza para condená-lo à escravidão de outros homens. Portanto, primeiro o trabalho, depois o capital. Sem o trabalho, como causa, não resulta o capital, como efeito. Logo, o Estado que não reconhece tratamento prioritário ao trabalho, não cumpre seu primeiro dever, que é fazer justiça, no magistério genial de Ihering.

O compromisso político do PMDB é democratizar o Estado, legitimando-o pela representatividade. O compromisso social, cristão e popular do PMDB é democratizar a sociedade, transformando-a de usufruto de ricos em consumo de todos. A obra-prima do Estado é o bem-estar do homem.

O PMDB quer a paz. Paz entre as Nações e paz entre os homens. Quer a paz, mas a paz social, não a paz armada, a paz silente e enxarcada de lágrimas do cemitério, a paz quietista da morte, do medo, da submissão. Quer a paz com justiça, porque fora da justiça não há paz.

O PMDB não luta por uma Constituinte formal, cortês ou cosmética. Seria a mímica no cumprimento do dever social.

A Constituinte é um processo de luta para revolver as vísceras e os intestinos do capitalismo selvagem, que mata mais do que as guerras e as epidemias; é genocídio ou crime contra a humanidade.

Cuidarei, agora, de reiterar compromissos imediatos do PMDB.

Não há democracia sem eleições, não há eleição sem voto livre, não há voto livre sem veículos, vale dizer, partidos, para que o transira da consciência do cidadão para as candidaturas.

Urge, assim, organizar os partidos, para que de interinos se efetivem em definitivos. Urge reunir o pouco que resta da cidadania cívica para a conquista do muito que ainda falta. A solécia do arbítrio, velha de 16 anos, adia para ficar. A liberdade não chegará se não apressar o passo. Para o PMDB, a tática é antecipar e não procrastinar, é avançar e não recuar.

É oportuno, aqui e agora, malsinar o processo elitista e censitário premeditadamente arquitetado para a criação de partidos no Brasil. O arbítrio buscou aristocrizá-los como clubes fechados, guardados por solene, dispendiosa, prolixa e lerda burocracia. Partido não é cartório de notas e títulos, para recenseamento e o reconhecimento de fichas, datas, seis assinaturas, abonamentos, números, assentimentos, nome do pai e da mãe, enfim, repetição fatigante e cara do título eleitoral. Partido é mutirão do povo para construir a casa do povo. É a vontade e não o papelório que enlaça o cidadão ao partido.

O PMDB abomina o terrorismo. O terrorismo é contra o Estado, quer seja de esquerda ou de direita. Destrói a segurança da sociedade, portanto, do homem. Ou o Presidente João Baptista Figueiredo vence o terrorismo ou será vencido por ele. Nesse desafio e nessa ação tem nosso apoio, pois, ou acabamos com o terrorismo ou o terrorismo acaba com todos nós. Se as punições não vierem ou tardarem, a impunidade explodirá novas bombas sobre a autoridade do Presidente da República.

Fui procurado pelos Presidentes Flávio Marcílio, da Câmara dos Deputados, e Djalma Marinho, da Comissão de Constituição e Justiça, para que o Congresso, através do então MDB e da ARENA, elaborasse e aprovasse Emenda Constitucional restituidora de certas prerrogativas inerentes ao Poder Legislativo.

O acordo teve a responsabilidade das direções e lideranças partidárias, que indicaram seus representantes para a discussão e aprovação unânime do texto honrado com o nome de Emenda Flávio Marcílio.

Acordo não pode ser aviltado em tramóia, que permitirá enxotar da Emenda, a imunidade e a inviolabilidade, forçando congressistas a não permanecer no Parlamento para defender o povo, para freqüentarem tribunais para se defenderem da prisão. Prerrogativa de poder é como a virgindade: ou tem ou não tem. Será abominável, por igual, homiziar nela decisão legislativa por decurso de prazo, com a histriônica rejeição pelo calendário de Emendas à Constituição, se de iniciativa parlamentar, ou a aprovação presumida, inclusive de projetos de lei, se originários de mensagem do Presidente da República.

É espantoso: a proposição congressual é punida, enquanto a do Executivo é entronizada, ambas por obra do tempo ou do relógio. É o expediente da vadiagem remunerada, o recurso do escapismo. Se o trabalhador falta ou chega atrasado ao serviço, é castigado em seu salário e outras vantagens. Faltas injustificadas demitem o funcionário público. Senadores e Deputados da maioria, com o poder e a responsabilidade decisórios de dizer "sim" ou dizer "não", não dizem nada, ausentam-se e projetos ou Emendas à Constituição, como robôs auto-aprovam-se ou se auto-rejeitam!

O Poder Legislativo está no dever de repelir esse golpe branco, com seu fechamento de fato, pela incapacidade de decidir precisamente as matérias mais importantes, a não ser que decreta sua própria falência.

O PMDB honrará o acordo, votará a favor da Emenda Flávio Marcílio sem mutilações, não trairá o Poder Legislativo, pois, o mandato é de trabalho e não de aposentadoria.

A opinião pública saberá pelo PMDB se a Emenda do Presidente da Câmara dos Deputados for degradada em emenda do embuste.

O PMDB proclama que gestiona a rápida aprovação da Emenda Constitucional que restitui aos Estados o direito com que a Federação os titula de eleger por voto direto seus governadores. Voto pessoal, portanto, sem intermediações espúrias e para todos os cargos eletivos; voto secreto e universal, sem a odiosa discriminação contra os analfabetos, - eis o pacto popular e social do PMDB.

Nas atuais circunstâncias do Brasil, o PMDB denuncia a manobra continuísta e imobilista do voto distrital, para abortar outra crise de representatividade com partido majoritário na Nação e nos distritos. Repele o banimento das minorias e da renovação pelos jovens. Opõe-se à conspiração contra a dinâmica de um País em transformação como o Brasil.

O voto distrital é mais vulnerável ao poder econômico, pois a poça d'água pode apodrecer, mas o oceano não. O sistema proporcional é o molde plástico e sensitivo para um País em cotidiana transformação, com mais gente na cidade do que nos campos, mais crianças nascendo do que velhos vivendo, a indústria rivalizando com a agricultura na criação de riquezas para o consumo e a exportação, em que o analfabeto não é mais ignorante, pelo milagre do rádio, da televisão e do cinema.

O PMDB é pela permanência na legislação eleitoral do voto como dever, pois, a epidemia de vírus antidemocráticos mobilizados para anemiar ou matar a vontade política da sociedade, intenta substituir o voto popular pelo voto elitista, através do truque da votação espontânea.

Ao terminar, enfatizo que a política é o destino do PMDB.

Pela política, o Brasil se salvará ou se perderá. Quem não se interessa pela política, não se interessa pela vida.

Hoje, não basta se defender do Estado, pelos clássicos direitos e garantias individuais. É vital entrar no Estado, como

credor de prestações como emprego, pão, saúde, educação, habitação, transporte, lazer.

Karl Deutch, o sábio cientista político que vem de nos visitar, adverte que se a civilização for destruída e a maior parte do gênero humano for morta, não será por praga, peste ou cataclisma, mas pela política. Literalmente, a política é caso de vida ou de morte.

Companheiros:

Chegou a hora da definição, portanto, a hora do risco. Há horas em que o maior risco é não assumir o risco de definir-se.

O terrível risco do Brasil é ter um povo sem política e uma política sem povo ou contra o povo. A identificação popular, representativa e histórica da sociedade com o Estado é o imperativo sociológico do PMDB. Essa identificação está no universo da Assembléia Nacional Constituinte.

Quanto a mim, como Presidente da legenda da esperança, mas da esperança como urgência para os desesperados e desposuídos, rogo a Deus que eu tenha a coragem de agir, ainda com perigo de errar, na crença de servi-lo, em lugar da covardia de omitir-me, pelo medo de defendê-lo.

Brasília, em 17 de setembro de 1980

Deputado ULYSSES GUIMARÃES

Presidente Nacional do PMDB

Obrigado, sr. Presidente. Obrigado pela atenção, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário reservado. (Declina).

Tendo declinado, a Mesa consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso de seu horário reservado. (Declina).

Declinado, no horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação a presença do Sr. Glaci Garcia, Presidente do PMDB de Santa Helena, bem como do Sr. Vereador Pedro Rossoni, do mesmo município.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos trazem este Parlamentar à tribuna, neste momento, e ambos levantados neste plenário por Parlamentares de Partidos da Oposição.

Primeiramente, pretendo reportar-me ao pronunciamento feito ontem pelo Deputado Fiori Luiz, quando pretendendo fazer uma análise da situação político-administrativa do Paraná acabou por fazer algumas digressões em torno do retorno do Governador Ney Braga, reassumindo as suas funções e, ao mesmo tempo, em torno da integração do ex-Prefeito Saul Raiz, na equipe do Governo.

Em ambas as colocações, tenho eu a convicção pessoal de que o Deputado Fiori Luiz equivocadamente abordou essas questões na sessão de ontem.

Em primeiro lugar, há que se destacar o grau de reponsabilidade do Governador Ney Braga, ao momento de reassumir as suas funções de Chefe do Poder Executivo deste Estado: um homem com a sua bagagem política, com a sua bagagem de intensa vida pública, claro que não retornaria à sua função de origem, se não estivesse fisicamente capaz, como tem provado estar, para reassumir as suas funções.

E tanto isto é verdade que ontem, segunda-feira, no seu expediente normal, o Governador recebeu em seu gabinete, cerca de 200 pessoas, e nós, Deputados, sabemos o quão estafante é atender os gabinetes desta Assembléia. Difícilmente alguns Deputados atendem a um número tão elevado de pessoas no seu dia-a-dia, na sua rotina de trabalho nesta Casa.

Então, refuta-se, de plano, esta desinformação, do Deputado Fiori Luiz, que, a pretexto, na continuidade do seu raciocínio, de trazer fatos a esta Casa, se utilizou de algumas informações estranhas a esta Casa, no tocante à volta do ex-Prefeito Saul Raiz.

E talvez o nobre Deputado, ao imaginar que pudesse induzir os Srs. Deputados desta Casa, a uma posição equivocada com referência à volta do ex-Prefeito Saul Raiz, pretendeu - esta que é a expressão clara, exata - pretendeu dizer aos Deputados que Saul Raiz traria discórdia ao Paraná.

Srs. Deputados, fazer uma afirmação com este caráter, parece-me revelar uma desinformação tão grande, quanto a feita anteriormente, pelo Deputado, ao dizer que o Governador reassumira sem condições físicas para tanto. Basta que se faça uma retrospectiva muito rápida, mas é preciso que, para se fazer esta retrospectiva, se conheça a história política do Paraná, da atuação de Saul Raiz, não só como ex-auxiliar de Ney Braga no primeiro Governo, mas como o ex-Prefeito da maior cidade do Paraná, e como uma das dez mais importantes capitais brasileiras, para que se chegue à conclusão legítima e indiscutível, de que Saul Raiz é um homem que faz bem só ao Governo de Ney; Saul é um homem que faz bem a qualquer esquema de administração.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Lamento interrompe-lo, mas Vossa Excelência está sendo muito feliz ao rebater algumas considerações infundadas, que fez na tribuna, ontem, o nobre Deputado Fiori Luiz.

Quanto ao estado de saúde do Governador Ney Braga, não vamos repisar no assunto; todos os Srs. Deputados que tiveram oportunidade de conversar com o Governador, sabem que o nobre Deputado Fiori Luiz deve estar gracejando quando diz que o Governador não tinha condições para reassumir o Governo.

Agora, se ele pretendeu induzir a Bancada do PDS, como disse Vossa Excelência a um cisma partidário, com o retorno de Saul Raiz à Administração Pública do Paraná, ele errou não uma vez, errou cem vezes, porque, todos os Srs. Deputados da Bancada, incondicionalmente apoiam o seu grande Líder que é o Governador Ney Braga.

Nós demos ao Sr. Governador Ney Braga, no campo político, carta branca para que Sua Excelência pudesse fazer, do Paraná, aquela belíssima administração que fez durante o seu primeiro mandato governamental, e toda a Bancada também conhece as qualidades de Saul Raiz, que o tornaram um administrador admirado nacionalmente e até internacionalmente, porque Saul Raiz trouxe, até recursos do Exterior a fundos perdidos, para Curitiba, inclusive para solucionar problemas crônicos que existiam desde a fundação da Cidade de Curitiba; este homem foi ao Exterior obter recursos, e os trouxe aqui, a fundo perdido, para solucionar os grandes, crônicos, intermináveis problemas que afligiam o povo curitibano.

Não vamos falar da sua atuação no primeiro Governo de Ney Braga, porque talvez os Deputados mais jovens aqui, desconheçam, mas, a Administração de Saul Raiz na Prefeitura, está aí recente e sabemos quanto a cidade lhe deve, e quanto ele será valioso ao Governo de Ney Braga, quanto a sua colaboração será decisiva para que o Governo atinja efetivamente os seus objetivos.

Isto, como disse Ney Braga aqui nesta Casa, sem ele se destacar de nenhum outro Secretário, porque super secretário neste Governo, só existe um - a figura inconfundível desse grande Líder paranaense que é Ney Braga! Saul Raiz vem para prestar a sua colaboração ao Estado em que nasceu, ao Estado que o projetou para a vida pública, ao Estado que o projetou até internacionalmente; vem dar a sua contribuição, vem pagar uma dívida de gratidão que tem, a este grande Estado que é a sua terra natal, o resto é conversa.

É ... como eu digo, meu nobre Deputado - a "dorzinha de cotovelo", esta, dói mesmo!

Obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço o aparte do Deputado

Erondy Silvério e também gostaria de lembrar que, nos idos da década de 60 e até antes de 1960, o Paraná era, inexplicavelmente, dividido ao meio e cultivava um regionalismo que abismava a quem chegava ao nosso Estado - a Região Norte geograficamente falando e a Região Sul. E, quem comandou a obra de integração do Paraná no Governo de Ney Braga foi Saul Raiz, na construção da Rodovia do Café. Então, meus amigos, ignorar esse passado, é ignorar a História Política e Administrativa do Paraná.

Porisso, não é possível, realmente, aceitar. Estou com o Deputado Erondy Silvério no seu aparte, quando diz que Saul vem realmente, para se integrar à equipe de Governo, como um soldado, como um homem comum dentre os homens comuns que o Paraná tem, e vem para prestar mais uma vez, relevantes serviços à causa paranaense.

Não se pode, evidentemente, deixar de reconhecer, mesmo as mentes mais fechadas, não podem deixar de reconhecer a importância que tem o ex-Prefeito Saul Raiz para o Paraná, e a importância que tem o Saul Raiz para o Governo do Estado.

Outro assunto, Sr. Presidente, que gostaria de focalizar, refere-se à denúncia feita recentemente e à ameaça do Deputado Dácio Leonel, que, ao apresentar um Pedido de Informações referentemente à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, na continuidade havia dito que apresentaria um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar irregularidades na Administração do Secretário Oscar Alves.

Acredito, que toda iniciativa nesse sentido é salutar, desde que verdadeira, autêntica e bem fundamentada.

O Deputado não falou em plenário, no entanto, falou à imprensa e esta publicou. Tenho em mãos o jornal "O Estado do Paraná", do dia 20 de setembro, do corrente, que na sua coluna política traz uma consideração do Deputado Dácio Leonel, que diz o seguinte:

"Para que é que a Secretaria precisa de carne de caranguejo enlatada, cereja em calda, caviar, caros baldes de gelo, litros de whisky estrangeiro, vinhos importados? Indagou, acenando com várias notas fiscais".

É o que diz o trecho do jornal e não foi desmentido pelo Deputado Dácio Leonel.

Recentemente, quando discutíamos, aqui neste plenário, dizíamos num aparte a um pronunciamento do Deputado Erondy Silvério, que é preciso que se dimensione a responsabilidade, no momento de se afirmar, no momento de se dizer, no momento de se por, à execução pública, a honra e a dignidade alheia.

E trago, Sr. Presidente, Srs. Deputados, provavelmente, o mesmo xerox das notas fiscais que o Deputado Dácio Leonel ameaçou trazer, e não trouxe. E trago - isto o Deputado Dácio Leonel não trouxe, lamentavelmente - trago o recibo que foi apresentado à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social pela casa comercial mencionada pelo Deputado Dácio Leonel, e que está aqui, em branco, sem assinatura. Porque, foi apresentado à Secretaria e foi rechaçado porque a compra não fora autorizada. E esse documento, o Deputado não nos apresentou.

Aqueles que riem, certamente não se preocupam nem com a sua dignidade, nem com a sua honra, por isso, zombam da dignidade e da honra de outros.

O Sr. Darcy Deitos - Vossa Excelência não tem.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Vossa Excelência dá a dimensão da decência de uma pessoa pelo pedaço de pano que pendura no pescoço.

Lamento não poder discutir com Vossa Excelência.

Então, Sr. Presidente, esse documento, o Deputado

Dácio Leonel não trouxe ao plenário. E se esqueceu, também, de informar à Casa, se é que tinha um profundo conhecimento sobre essa matéria, que a funcionária que fez as compras indevidas foi exonerada pelo Decreto n.º 1.049, de 04 de setembro de 1.979, publicado no Diário Oficial n.º 627, de 05 de setembro de 1.979. E os documentos estão aqui, Sr. Presidente, vou encaminhá-los à Mesa.

E peço, Sr. Presidente, a Vossa Excelência que os deixe à disposição dos Srs. Deputados que desejem servir-se desses documentos.

Então, Sr. Presidente, é esta a tese mais importante que a nossa Bancada defende: há corrupção? Vamos combatê-la. A Oposição verá, nos Deputados do PDS, seus aliados. Porque, não estamos aqui para acobertar corrupção de ninguém. Não estamos aqui para avaliar corrupção de ninguém.

Estamos aqui para exercer um mandato que tem a mesma origem, rigorosamente a mesma origem dos mandatos dos Srs. Parlamentares da Oposição. Não somos mais, nem menos dignos. Agora, jamais vamos admitir que se coloque em dúvida a nossa dignidade. Jamais vamos admitir que se coloque em dúvida a nossa reputação como Deputado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos tranqüilamente aguardando o pedido de constituição de CPI do Deputado Dácio Leonel.

Mas antes mesmo que Sua Excelência faça essa solicitação à Mesa, estamos encaminhando a Sua Excelência, Sr. Presidente, neste momento, esses documentos.

Ao mesmo tempo em que afirmamos, categoricamente que, mais uma vez, lamentavelmente, aqueles que procuraram fazer ecoar, no Paraná inteiro, denúncias fantasiosas, hão de responder pela falta de credibilidade que, na continuidade há de se caracterizar na sua atuação, perante a opinião pública do Paraná.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero confessar a Vossa Excelência, Deputado Airtton Cordeiro, que devo até acreditar no que Vossa Excelência está afirmando.

Tenho que acreditar em Vossa Excelência também, porque para mim Vossa Excelência é uma pessoa merecedora de crédito, devo reconhecer isso.

Agora, fico a estranhar e até é oportuno que Vossa Excelência traga esse documento que apresentou em relação ao Pedido de Informações.

Agora, o que estranho e acho que até seria dispensável, se a Casa tivesse aprovado, o Pedido de Informações do Deputado Dácio Leonel.

Acredito que até dispensaria essa iniciativa de Vossa Excelência, porque seria um Pedido de Informações que se não houvesse problema e mesmo penso que não há, quero acreditar até que não há nenhum problema, não haveria nada demais que a Casa aprovasse e o Sr. Secretário da Saúde respondesse dentro daqueles dados que ele possui lá na Secretaria. É uma obrigação do Secretário.

Toda aquela pessoa que gere a coisa pública, tem a responsabilidade, tem a obrigação de prestar contas.

E não vejo nada demais em se pedir informações sobre determinado gasto público que a esta Assembléia cabe fiscalizar, não vejo nada demais que se peça informação e que o administrador responda.

Portanto, fico estranhando que Vossa Excelência e a Casa haja obstaculizado pela maioria do PDS, o encaminhamento desse Pedido de Informações.

Porque aí, demonstraria a lisura com que está desempenhando aquela Pasta ou o Secretário Oscar Alves.

Então, fica a dúvida. Só que nós gostaríamos de ter uma resposta de quem está com a documentação em condições de dizer oficialmente, se houve ou não houve esse gasto que,

a mim parece, que é sem razão de ser.
obrigado, Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Tentarei, Deputado Lineu Turra, desmanchar a estranheza de Vossa Excelência apenas mencionando dois fatos: um já mencionado anteriormente em plenário e, que ao meu ver, é irreversível. O posicionamento do Deputado Dácio Leonel em relação ao Secretário Oscar Alves, tem origem política e pessoal.

Segundo fato: o Deputado Dácio Leonel, disse que traria, formalizaria a denúncia e não a formalizou. E, ao mesmo tempo liberou as informações para a imprensa e, no momento em que a mesma deu cobertura a esses possíveis eventos danosos do Secretário da Saúde, criou-se no Paraná, uma atmosfera de dúvida.

Ora, como nós não temos realmente nada a perder e nada devemos, nos sentimos na obrigação moral de nos antecipar a qualquer iniciativa parlamentar do Deputado Dácio Leonel, simplesmente, para se preservar a integridade governamental, a respeitabilidade que deve ter o Governo perante a população.

Então, é muito mais em respeito à população do Paraná, e aos Srs. Deputados que compõem esta Casa, que nós prestamos estes esclarecimentos, na certeza de que, foi mais uma denúncia em vão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/80, de autoria dos Deputados DENI SCHWARTZ, DOMÍCIO SCARAMELLA, RENATO BUENO e JOÃO ELÍSIO, que denomina "Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi" a Rodovia PR-170, partindo da BR-153, no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhão, até Guarapuava. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/80, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública o "Hospital e Maternidade de Morretes", com sede e foro na Cidade de Morretes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública, o Grêmio Recreativo Escola de Samba "Os Bambas do Asfalto", com sede em Cornélio Procopio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 53/80, (Mens. Govern. n.º 50/80), que aprova Termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os municípios que especifica, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração no sentido da manutenção, provisão e conservação

dos prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública da sede dos referidos municípios.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 56/80, (Mens. Govern. n.º 54/80), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria da Segurança Pública, o Município de Nova Santa Rosa, visando a realização e melhoria dos serviços locais da competência do Departamento de Trânsito do Paraná.— **DETRAN.— Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Reversão n.º 51/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 57/80, (Mens. Govern. n.º 56/80), que aprova o Termo de convênio consubstanciado em Protocolo de Intenções, celebrado entre o Governo do Estado, através de órgãos que especifica, objetivando a realização de estudos conjuntos no sentido do desenvolvimento integrado da bacia do Rio Ivaí.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/80, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que retifica o Artigo 4.º, da Lei 230, de 29 de dezembro de 1961. (Cria no Município de Tuneiras do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida D'Oeste. **SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 108/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 4.º, da Lei n.º 230/61, de 29 de dezembro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º — Fica criado no Município de Tuneiras do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida D'Oeste, com as seguintes divisas: —partindo da foz do afluente da margem direita do Rio Goioerê até a foz do seu afluente da margem direita que é contravertente do córrego Adelaide, subindo por este afluente até encontrar a estrada de rodagem que liga Tuneiras-Campo Mourão pela linha divisória das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e, pela aludida estrada, até a altura da nascente do Ribeirão Tonetti, donde em reta, por uma linha seca, alcança a cabeceira do mesmo ribeirão Tonetti, pelo qual desce até a sua foz no Rio Goioerê”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 4.245, de 25 de julho de 1.960, que criou o Município de Tuneiras do Oeste estabeleceu as divisas com o Município de Araruna, começando pela foz do córrego Hervalzinho com o Rio dos Índios, subindo por este até a foz do córrego Adelaide e por este até a sua cabeceira, donde em linha reta, por uma linha seca alcança a cabeceira do Ribeirão Tonetti, pelo qual desde até a sua foz do Rio Goioerê.

A Lei n.º 230/61, que pelo artigo 4.º, criou o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida D'Oeste, entretanto, fixou divisas diferentes das mencionadas no diploma legal que criou o Município de Tuneiras do Oeste, atingindo área pertencente ao Município de Araruna.

Os ilustres Prefeitos de Tuneiras do Oeste e de Araruna, em manifestações juntadas no presente plano de Lei, declararam concordância com a retificação que ora propomos que,

virá regularizar, atendendo aos anseios de elevado número de co-estaduanos, a situação junto aos órgãos públicos, notadamente o IBGE que brevemente levará a efeito novo censo na região.

Outrossim, as anexas fotocópias de documentos expedidos pelo Cartório de Registro de Imóveis competentes demonstram serem respeitadas as divisas constantes na Lei n.º 4.245.

Por estas razões, submetemos à apreciação dos nobres Pares o presente projeto, na expectativa do indispensável apoio, para que, aprovado, possa o autógrafo ser submetido ao Excelentíssimo Sr. Governador para ser transformado em lei.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Romeu Toshio Hatakayama, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Del Ciel e Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Irene Theodoro, ocorrido na cidade de Londrina. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 128/80. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, acho que esse requerimento perdeu a razão de ser, porquanto o prazo das cinco sessões vence hoje, para a reinclusão na Ordem do Dia de amanhã, do processo em referência. Requeiro a Vossa Excelência então, que determine a inclusão na Ordem do Dia, independente da votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa reconhece a questão de ordem de Vossa Excelência e já declara como incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, e dá como prejudicado o requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, em forma de pedido de informações, referente à publicação de matéria promocional em jornais. Em votação. — **Rejeitado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferir e solicita dos Srs. Deputados que tomem os seus devidos lugares.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

7 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente anterior, solicitando o envio de expediente à PETROBRÁS, em forma de sugestão, visando a encampação da Usina Central de Porecatu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo sejam efetuados estudos, visando a inclusão nos currículos das escolas rurais, de uma disciplina relacionada com a atividade agropecuária. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo, na Rodovia PR-323, que liga a cidade de Umuarama. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 34/80. Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente do INAMPS e Superintendente do INAMPS no Paraná, encarecendo a instalação de um escritório de representação da entidade e de um médico supervisor, para a zona urbana e rural do Município de Terra Roxa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro da Educação, manifestando apoio ao projeto encaminhado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras ao M.E.C. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pela passagem dos 25 anos de existência do Lions Club de Irati. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Terras e Cartografia, consubstanciado em pedido de informações sobre a área de terras em litígio no Município de Assis Chateaubriand. Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de documentação-sugestão e fotocópia de requerimento de abaixo assinado feito pelos moradores de Porto Mendes, com referência à indenização das áreas a serem inundadas, bem como aos imóveis ali existentes. Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Adia-se para a próxima sessão na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição da nova Diretoria da Casa do Estudante Luterano Universitário. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a revogação da Portaria n.º 188, de 21 de setembro de 1.978, que proíbe a expedição de atestados de sanidade física e mental,

por parte do Posto de Saúde de Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações sobre as obras de duplicação da Rodovia do Xisto, trecho Curitiba — Araucária. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 26 e 43/80, e de Resolução n.ºs 49 e 50/80.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/80 e de Lei n.º 108/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/80.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA — NONA LEGISLATURA ATA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Às dezesseis e trinta horas, do dia dezoito de setembro de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a COMISSÃO DE ORÇAMENTO, sob a presidência do Deputado Antônio Facci, registrando-se ainda as presenças dos Deputados Francisco Escorsin, Darcy Deitos, Aguinaldo Pereira Lima e os suplentes Gilberto Carvalho e Tadeu Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, comunicando o recebimento da Mensagem Governamental que trata da Proposta Orçamentária Plurianual de Investimentos, para o triênio 1.980/83, que nesta Casa transformou-se no Projeto de Lei 123/80. Foi designado Relator da matéria, o Deputado Deni Schwartz. O Deputado Antônio Facci diz que os Avulsos serão distribuídos aos Srs. Deputados na próxima segunda-feira, dia 22. Naquela data, começará a correr o prazo para recebimento de Emendas, estendendo-se o mesmo, até o dia primeiro de outubro. As emendas poderão ser entregues na sala 314, que funcionará em caráter permanente. Continuando, o Sr. Presidente fala sobre o Grupo de Trabalho responsável pela tramitação da referida matéria e indaga dos Srs. Deputados sobre a conveniência de cada Deputado indicar um funcionário para assessorá-los junto à Comissão de Orçamento. Os Srs. Deputados manifestam-se favoráveis à proposta, dizendo o Deputado Gilberto Carvalho ser conveniente estabelecer-se um critério para isto, o Deputado Darcy Deitos, em aparte, sugere que os 58 (cinquenta e oito) funcionários recebam a mesma importância. A proposta foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1.980

aa) ANTONIO FACCI — Presidente,
ELCY SILVA BATISTA — Secretária.